



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 028

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 03 DE ABRIL DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Professor Luizão
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pércles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 028

28ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva..... 02

Presenças..... 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Indicações 03

Requerimentos 03

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 04

Dep. Professor Luizão 04

Grande Expediente:

Sr. Paulo Roberto Fier

Coordenador Geral da

Sindiquímica.....05

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente08

Discussão/Votação

Redação Final08

3ª Discussão09

2ª Discussão09

Requerimento.....09

Encerramento da Sessão09

Publicações:

Comissão Executiva

Ato09

Diretoria Geral

Portarias 10

DIÁRIO Nº 028

28ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 28ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2008

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pela Sra. Deputada Rosane Ferreira e pelo Sr. Deputado Cleiton Kielse.

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Alexandre Curi, Cida Borghetti, Antonio Belinati, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Geraldo Cartá-

rio, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (28).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Douglas Fabrício, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühler, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Plauto Miró, Reni Pereira, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (26).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicação

INDICAÇÃO Nº 070/08

SÚMULA:

Sugere que valores pagos aos pedágios instalados nas rodovias do Paraná possa gerar desconto no IPVA.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governo do Estado do Paraná solicitando que:

Os proprietários de veículos automotores registrados no estado do Paraná ficam autorizados a descontar, do recolhimento anual do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), o valor do pedágio pago nas rodovias estaduais.

O desconto referido no artigo anterior será limitado a 50% (cinquenta por cento) da parcela do IPVA destinada ao estado.

Para que possam ser descontados do IPVA, os tíquetes deverão conter número de placa do veículo e terão sua validade por um, no mínimo, e dois anos, no máximo, nos termos da regulamentação da presente lei.

A presente lei será regulamentada através de decreto do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 03/04/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Os proprietários de veículos automotores do estado do Paraná recolhem o IPVA em valores cada vez mais altos, ora pela elevação das alíquotas incidentes sobre o valor do veículo, como agora ocorre, ora com a supervalorização do preço estimado para os carros, como já ocorreu no passado.

Além do que, diversas, rodovias do Estado tem sua administração e conservação executadas através empresas privadas, implicando no pagamento de pedágio e certamente é bitributação.

O IPVA é dividido entre estado (50%) e municípios (50%) e, embora seus valores sejam elevados e garantam aos cofres estaduais e municipais verbas vultuosas, a verdade é que as rodovias estão, em geral, entregues ao abandono. Buracos, depressões, falta de acostamento, ausência de sinalização, têm sido algumas das mazelas nelas encontradas. E para onde vai o dinheiro do IPVA?

Ao possibilitar o desconto de até 50% da parcela devida ao estado, estar-se-ia comprometendo apenas 25% do valor total do IPVA devido.

Se o Governo entende que não pode administrar as rodovias e as entrega à iniciativa privada, obrigando o

contribuinte a pagar pedágio para um serviço que seria garantido pelo IPVA, então é o caso de permitir-se o desconto do citado pedágio do valor do IPVA a ser recolhido.

O presente projeto de lei visa a essa justiça fiscal e preserva os recursos dos municípios, sobre os quais não pode Assembléia Legislativa legislar.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 627

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita que seja justificado o não comparecimento às Sessões dos dias 25, 26 e 27/03/08 devido a convocação para evento partidário da sigla da qual é dirigente local.

Sala das Sessões, em 03/04/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO Nº 622

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual do Paraná, Rosane Ferreira do Partido Verde, que subscreve ao final, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER com base no artigo 131 parágrafo 3º IX, do Regimento Interno desta Casa e, após aprovação do douto Plenário, ao Secretário Estadual da Segurança Pública, Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, informações sobre o funcionamento das Delegacias de Polícia da região metropolitana de Curitiba, no período de feriados e finais de semana, quanto:

- as Delegacias de Polícia prestam atendimento nos períodos acima descritos e realizam registros de Boletins de Ocorrência? Como funciona a escala de plantão e quantos são seus integrantes?

Sala das Sessões, em 03/04/08.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Temos recebido sistematicamente denúncias que relatam à absoluta ausência de atendimento público nas Delegacias de Polícia de toda região metropolitana nos feriados e finais de semana. Os cidadãos relatam que necessitam de atendimento e não encontram os escrivães e demais profissionais competentes para procederem ao registro de Boletins de Ocorrências.

Além disso é visível o fato de que nos finais de semana há o aumento dos índices de criminalidade e a impossibilidade de atendimento nas Delegacias de Polícia inviabiliza o acesso da população para registrar Boletins de Ocorrência, gerando insegurança, um sentimento de profunda insatisfação e a idéia de impunidade generalizada.

Pequeno Expediente:

SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente passamos a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Nelson Justus, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e jornalistas.

Nesta quinta-feira, na Assembléia Legislativa, inicialmente para reafirmar o nosso apoio e a nossa solidariedade aos funcionários dos Correios que estão em greve. Já foi dito ontem aqui, já foi esclarecido, que os funcionários foram vítimas de uma traição, de uma palavra de um Diretor dos Correios. Palavra essa que não foi honrada, foi jogada no lixo. Houve um acordo de pagamento a título de periculosidade de um determinado valor em dinheiro, que é proporcional ao salário de cada funcionário dos Correios. Isso era para ser pago em 30 parcelas em média.

Diretor que não honra a palavra, o que aconteceu? Têm funcionários que receberam três parcelas, têm funcionários que receberam apenas quatro parcelas, enquanto um ou outro funcionário do Correio recebeu no total apenas R\$ 650. Diretor espertalhão do Correio, aproveitador do cargo, chegou a embolsar o equivalente a R\$ 44 mil, 45 mil, botou no bolso a título de periculosidade. Qual é o perigo que um Diretor do Correio corre? Quem corre perigo é o carteiro que está cheio de ser atropelado, tem que enfrentar a chuva, o sol, o Pit Bull, o Rottweiler, Pastor Alemão, às vezes até um ou outro dono do domicílio, que não trata com a educação devida o carteiro.

Então, quem merece receber essa indenização por periculosidade é o carteiro e não o Diretor, mas aconteceu o inverso. Diretor espertalhão, aproveitador do cargo, chegou a embolsar R\$ 45 mil, e carteiros, aí na média R\$ 650, menos de R\$ 700. Daí essa greve que já causa milhões de prejuízos para milhões de brasileiros.

O Presidente Lula deveria demitir esse Diretor que traiu, que enganou, que fez os funcionários dos Correios de bobos. Já que o Diretor não honra a palavra e sabe como se aproveitar do dinheiro do Correio, acho que o Presidente Lula deveria demiti-lo com urgência. Num ato até de respeito aos valorosos funcionários dos Correios.

A Folha de Londrina traz hoje, a exemplo do que o Jornal de Londrina vem publicando, os problemas que vêm acontecendo envolvendo a Câmara Municipal de Londrina. Mas, agora a imprensa chegou no que já se imaginava, que alguns problemas da Câmara tem origem na Prefeitura de Londrina. Aqui está uma matéria em que, acertados com os Secretários do Prefeito Nedson Michellete, eles pegaram um projeto de lei de 1999 que estava engavetado, fizeram um substitutivo geral para transformar um hotel de Londrina em motel. E a notícia, que já é pública, todos os veículos publicaram, Vereadores embolsaram dinheiro. Não são todos, tem uma minoria mesmo que não se valeu do cargo para tirar proveito ou extorquir dinheiro.

O curioso é que a matéria que está na Folha de Londrina de hoje vai correr o Brasil, porque fizeram uma lei de prostituição e o dono do bordel, que é a boate mais

chique de Londrina, a prostituta que tem menos tem carro Cherokee do ano. Ali tem prostituta de BMW, de Audi. O valor que elas cobram e quase igual àquelas prostitutas que derrubaram o Governador de Nova York. O pé de chinelo ali fica só na vontade, no prejuízo. É uma das boates mais famosas do Brasil, a tal da Shirogohan.

O que o dono da boate fez? Levou o Prefeito da cidade, está aqui no jornal, o Nedson Micheletti, levou os Vereadores e fizeram uma festa bem no estilo de bordel para comemorar, porque eles fizeram uma lei para legalizar este bordel de Londrina. Está no jornal de hoje. Deve ter sido bom o churrasco! Agora, o churrasco oferecido pelo dono do bordel não precisa dizer quais são os ingredientes que fizeram parte deste churrasco. Que tipo de carne que eles comeram neste churrasco?

Venho aqui lamentar a participação do Prefeito da cidade de Londrina numa festa em que o fundo de pano é a prostituição, é o bordel, a legalização de um bordel na cidade de Londrina, que com certeza esta triste notícia vai correr o Brasil. E lamentamos profundamente o que esteja acontecendo na nossa cidade.

É este nosso pronunciamento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao Deputado Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Me inscrevo para anunciar o representante do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Petroquímica do Estado do Paraná, que vai estar falando no Grande Expediente sobre o balanço dos 15 anos da privatização do setor de fertilizantes do Brasil.

(Lê):

“Fier relatará o histórico da privatização da Ultrafertil/Fosfertil, localizada em Araucária, cujo controle acionário pertence à Transnacional de alimentos Bunge, com sede nos Estados Unidos. As consequências deste oligopólio - de oito fábricas de fertilizantes existentes no Brasil, a Bunge controla seis - responsável por altos custos de produção de lavouras como soja e cana-de-açúcar.

O sindicalista também vai relatar a precarização das condições de trabalho do setor, que vão desde o maquinário deficiente, insalubridade, assédio moral e práticas anti-sindicais.

Privatização - De acordo com o Ministério da Agricultura, o oligopólio da Bunge teve início em 1992, quando a produção de matéria prima foi privatizada. Até então, a PETROBRAS detinha o monopólio da produção nacional, por meio da Fosfertil e da ULTRAFÉRTIL. As duas empresas foram vendidas para a Fertifós. E a partir daí, a empresa norte-americana adquiriu o controle acionário da empresa comprando outras companhias menores. Hoje a Bunge possui a Fertifós (52,31%), Fósferil (58, 62%) e as minoritárias Yara (13,76%) e Mosaic (23,98%).

No Mundo, a Bunge faturou R\$ 18 bilhões em 2006. Só o lucro da Fosfertil cresceu 93% em 2007.”

Claro, ela controla todo o setor de fertilizantes. Por isso, as privatizações não foram uma questão localizada. Teve uma intenção de monopolizar alguns setores. E um deles, que encarece a produção agrícola, é o monopólio dos fertilizantes.

Deixo o assunto para o Coordenador Geral do Sindicato dos Trabalhadores, que trará mais informações.

Muito obrigado!

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Atendendo o requerimento do Deputado Professor Luizão, usará o Grande Expediente o Sr. Paulo Roberto Fier - Coordenador Geral da Sindiquímica.

Sr. Paulo Roberto Fier - Coordenador Geral da Sindiquímica

O SR. PAULO ROBERTO FIER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e os demais presentes nesta Casa.

O objetivo dessa fala é chamar a atenção dos senhores para uma Audiência Pública, que se realizará nesta Casa, no dia 12 de maio de 2008. Estamos chamando essa Audiência para fazer um balanço dos 15 anos de privatização do setor de fertilizantes.

Represento aqui o Comitê Paranaense de Defesa do Agricultor e dos Trabalhadores da Fosfertil. Vou pegar os principais pontos que estaremos abordando: quem ganhou e quem perdeu com a privatização? Como estão, após 15 anos de privatização, o pequeno agricultor, o grande agricultor, o consumidor e os trabalhadores da empresa Fosfertil, que hoje é comandada pela Bunge?

Para falar sobre privatização temos que voltar no ano de 1993, onde foi privatizada a Ultrafertil, que hoje se chama Fosfertil. Naquela data houve uma grande resistência por parte dos trabalhadores, dos estudantes, dos movimentos sociais, das autoridades e dos Parlamentares.

Inclusive, na porta da fábrica, estava o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, também nos apoiou nessa causa, na época, o então Governador Roberto Requião, que nos recebeu em seu gabinete. Até me recordo que ele falou que privatizar a Ultrafertil seria como doar os anéis da nossa avó.

O nosso lema era: moralizar sim, privatizar não!

E tinha um outro lema: privatização, arroz e feijão mais caros.

Bom, senhores, como o discurso da privatização na época era muito forte, havia grandes interesses, a empresa foi privatizada, mesmo diante de uma CPI na época montada por esta Casa, na qual essa CPI apontava diversas irregularidades e no seu relatório final constava lá a recomendação para a suspensão do leilão de privatização, porque uma empresa que valia na época US\$ 1,2 bilhões, estava sendo leiloada por US\$ 205 milhões.

Esta empresa, no caso a Ultrafertil, correspondia a três unidades: uma aqui em Araucária, duas na Baixada Santista e mais o terminal portuário. Mas a CPI não foi para frente, não conseguiram colocar para ser apreciada e o leilão aconteceu.

Hoje, 15 anos após, inclusive no dia 24 de junho agora vai estar sendo feito aniversário dos 15 anos de privatização. Podemos, agora, fazer um balanço e verificar com fatos concretos quem ganhou e quem perdeu com a privatização. O que a sociedade, qual foi a vantagem para a sociedade essa privatização? A vantagem agora, passado o tempo, é que temos dados, porque na época eles falavam que a nossa luta contra a privatização era discurso, era uma questão populista e hoje não, hoje podemos fazer um debate em cima de fatos.

E agora, passados 15 anos, no dia 12 de fevereiro deste ano, sai na Folha de São Paulo uma matéria dizendo que o Ministério da Agricultura fez um estudo onde aponta o oligopólio do fertilizante no país. Este comitê que já estava formado e já estava preparando a Audiência Pública, foi atrás desse estudo do Ministério da Agricultura e aí tivemos acesso a esse estudo, no qual vamos estar detalhando, discutindo isso na Audiência Pública. Mas vou relatar para os senhores os principais pontos que já observamos nesse relatório, pontos importantíssimos que temos que chamar a atenção da sociedade para isto.

Então, esse relatório do Ministério da Agricultura coloca as seguintes questões: Brasil, 4º maior consumidor de fertilizantes, hoje está dependente de três empresas: Bunge, Cargil e Yara.

Em 2007 o país consumiu 29 milhões de toneladas de fertilizantes, sendo 9 milhões produção nacional e os 17 milhões e meio importada.

Então, hoje importamos 60% do fertilizante utilizado no país, só que quem importa todo o fertilizante são os mesmos grupos que dominam a produção nacional. E pior, o que aponta o estudo, que esse grupo produz, importa e comercializa os grãos dos produtores, ou seja, o produtor está sujeito a comprar o fertilizante desse grupo e vender a sua produção para o mesmo grupo.

Para os senhores terem uma idéia, no país tem mais de 60 cooperativas e mais de 70% da distribuição da venda do fertilizante está nas mãos de cinco empresas.

Para os senhores terem uma idéia, de 2002, aponta esse estudo de 2002 a 2007, só a uréia subiu 262%. Em 1994, um ano após a privatização, o preço do fertilizante estava em torno de R\$ 120 a tonelada. Hoje está sendo vendida entre R\$ 607 a R\$ 900 em alguns estados.

Então, não é a toa, não é a toa que a empresa em 1993 apresentou um balanço com um lucro líquido de 18 milhões, fechou em 2007 com 430 milhões de lucro líquido.

Não é a toa que as ações da empresa de 2002 que valiam R\$ 2,40 -, hoje estas ações estão valendo R\$ 82 por ação.

Quem está pagando a conta?

Esta é a pergunta que a sociedade tem que fazer, eu acho, quem está pagando a conta?

Esse estudo tem mais uns dados interessantes. Toda produção de ácido sulfúrico, ácido fosfórico, super fosfato simples, amônia anidra, todos os componentes para os fertilizantes, está tudo nas mãos da Bunge, Fosfértil, porque a Bunge foi comprando as misturadoras, comprou na época a Fosfértil e hoje ela é acionista majoritária. Então, a Bunge hoje domina toda produção de fertilizante no país. Na época, temos que resgatar isso porque é importante, logo após a privatização muitas cooperativas pequenas fecharam, por quê? Porque os novos donos impuseram cotas altíssimas de fertilizantes e estas cooperativas não tinham como comprar.

Outro prejuízo para o pequeno produtor, na época de estatal o pequeno produtor podia ir com sua Kombi-zinha lá na porta da fábrica comprar uréia na quantidade que ele quisesse, a preço de fábrica. Após a privatização foi imposto cotas e o produtor passou a comprar da misturadora que era a nova dona da Ultrafértil, pagando três vezes mais, ou seja, passados 15 anos vemos essas empresas colocarem o pequeno produtor de joelhos, agora já estão colocando o grande produtor de joelhos. O grande produtor, na época, talvez não pensou o que ia acontecer e hoje até o grande produtor está refém desse grupo.

O mais impressionante que vemos é que, na época da privatização será que ninguém pensou nisso? Simplesmente entregaram todo um setor estratégico, uma vez que o Brasil é um país agrícola, entregaram todo um setor estratégico, sem uma contrapartida, sem uma obrigatoriedade dessas empresas ampliarem, produzirem mais! Essas empresas não fizeram nenhum investimento ou muito pouco, insuficiente para atender a nossa demanda, por quê? Nesse estudo aqui do Ministério da Agricultura um dos componentes que formam o preço é a lei da oferta e da procura, ou seja, se você restringir a oferta automaticamente o preço aumenta. Na época da privatização simplesmente entregaram e não tinha obrigação nenhuma de nada, não tinha compromisso com a soberania alimentar, não tinha compromisso social e hoje estamos nessa situação.

E o mais grave vem pela frente, nesse documento aqui os estudos dos técnicos apontam que até 2018 vamos ter que importar 74% dos fertilizantes e não adianta outra qualquer pessoa querer importar porque a distribuição está nas mãos desses três grupos. Todo fertilizante que chega passa por esses três grupos e esses grupos também dominam o mercado internacional, ou seja, eles fazem o preço.

Hoje o preço do fertilizante está atrelado ao preço internacional, mas quem faz o preço internacional são esses grupos que atuam em todos os países e com a demanda, com a questão do etanol, todo mundo agora está plantando cana-de-açúcar que é o maior consumidor

de fertilizantes. Com isso dá para se ter uma noção do que vai ser, nos próximos anos, a questão do fertilizante, a procura vai aumentar de forma drástica e esses grupos vão poder trabalhar o preço que bem entenderem! Os agricultores vão estar reféns, não têm outra alternativa, não têm de quem comprar, a própria produção feita pela Nitrofértil que é uma estatal da PETROBRAS, toda a distribuição da Nitrofértil para por essas misturadoras que pertencem a Bunge, a Cargill e a Yara.

Estes são alguns pontos que estou levantando aqui que vão ser aprofundados nessa Audiência que estamos convocando, inclusive o Presidente da Bunge, solicitando a presença do pessoal do CAB, do Ministério da Agricultura, para fazer um debate sério. Acho que é um momento propício, temos dados concretos para discutir qual foi a vantagem dessa privatização.

Agora, as notícias ruins não param por aí, infelizmente, tem uma outra ponta que também vem sofrendo nas mãos dessas empresas. Essa outra ponta são os trabalhadores, aqueles que resistiram na época, que lutaram por uma questão social e, hoje estão colhendo os frutos dessa luta, os frutos que eu diria, no sentido de que estão pagando um preço. Estamos estrategicamente fazendo essa luta, essa briga com a empresa, denunciando.

Por isso, a representação sindical está sofrendo diversas sanções por parte da empresa. Estamos com denúncia no Ministério Público das práticas anti-sindicalistas. Tanto eu como o outro Diretor do sindicato liberado, estamos proibidos de entrar na empresa para falar com os trabalhadores. Quando nós adentramos na empresa para resolver algum problema pessoal somos escoltados pela vigilância da empresa.

Para vocês terem uma idéia do poderio econômico e da forma truculenta que essa gente age! Agora em janeiro os trabalhadores fizeram uma greve reivindicando melhores condições de trabalho e de segurança. A empresa contratou helicópteros para desmobilizar a greve dos trabalhadores - desrespeito à legislação da lei de greve - trouxe trabalhadores de outro estado para desmobilizar, coagiu os trabalhadores a entrarem. Reteve trabalhadores por mais de 70 horas. Tive oportunidade, com um Oficial de Justiça, entrar dentro da fábrica durante a greve para ver as condições desses trabalhadores. A DRT autuou a empresa por manter alojamentos impróprios e segurar esses trabalhadores lá dentro. A empresa descumpriu e mesmo assim segurou os trabalhadores lá. Inclusive, descumpriu até uma liminar que dá o direito do sindicalista entrar dentro da fábrica. Ela não permitiu.

Fora isso, fora às práticas sindicais, outro problema grave que quero chamar a atenção dos senhores, que é uma situação muito mais grave do que a situação do trabalhador em si, dessa prática sindical que envolve o meio ambiente e a comunidade. É a questão da precarização da manutenção.

Para vocês terem uma idéia, todos os dias os trabalhadores convivem dentro da fábrica com inúmeros vazamentos. Para quem não sabe, aquela é uma empresa, é uma indústria petroquímica de risco 3. Para vocês terem uma idéia, a empresa nuclear é risco 4. A nossa é risco 3. Nós trabalhamos com altas pressões, com gases altamente tóxicos e todo o dia tem vazamento.

Em 1998, houve uma explosão que acordou o pessoal lá em Campo Largo. A Araucária inteira então, foi na porta da fábrica, achou que a empresa tinha desaparecido. Só não morreu gente lá, em 1998, porque a explosão foi a 40 metros de altura e de madrugada. Nesse patamar, nesse horário ninguém estava lá. Se fosse de dia fatalmente teríamos vítimas.

Hoje, a empresa trabalha com essa política de estoque zero, privilegiando a continuidade operacional na busca incessante do lucro. Se a empresa antes tinha a política de consertar o equipamento, hoje não tem. Se está vazando, se dá para tocar, vamos tocar, vamos fazer uns remendos, porque o importante é a quantidade operacional, o importante é o lucro.

Para vocês terem uma idéia, a empresa foi denunciada agora, no dia 14 de janeiro, na DRT, por estar operando há mais de um ano com os seus equipamentos de pressão com data de inspeção vencidas. Esses equipamentos, eles são submetidos a uma legislação de segurança que se chama NL-13. Essa NL-13, ela dá os seus períodos, lá de tantos em tantos anos a empresa parar, abrir e inspecionar os equipamentos e ver se eles estão em condições de operarem. Fazia mais de um ano que estava vencida. Nós denunciemos à DRT. A DRT autuou a empresa e ela não parou. Ela continuou operando e só veio a parar porque rompeu uma outra linha que aí não teve como, a empresa parou por si só, porque vazou lá determinado líquido que não tinha como tocar a operação da empresa.

Tem mais a questão da terceirização que o grupo Fosfertil está fazendo em todas as unidades e aqui, graças a Deus, o Ministério Público entrou com uma ação questionando a terceirização, que ela era fraudulenta em virtude de a empresa estar querendo terceirizar inclusive, atividades afins, que é proibido por lei.

Aqui conseguimos ainda barrar e nas outras unidades foi terceirizado todo o setor de manutenção. Para vocês terem uma idéia, nas seis empresas da Fosfertil, nesses 15 anos já morreram seis trabalhadores.

Aqui em Araucária ainda não morreu porque estamos em cima. O sindicato faz um trabalho, a SIPA está ali exigindo cada vez mais e denunciando qualquer brecha. Estamos na imprensa, estamos sustentando uma situação mínima de segurança. Mas nas outras unidades já morreram seis trabalhadores, todos em condições precarizadas. Já em Minas Gerais, em Araxá, teve a CPI da Carvoeira, trabalhadores submetidos a quase que em regime de escravidão. E aí vemos como se constrói um lucro, como se chega a esses resultados. Mágica não é. Se alguém está ganhando, com certeza alguém está perdendo.

Para concluir essa fala, perderam os trabalhadores, perdeu o pequeno produtor e perdeu a sociedade. Queremos que todos venham participar dessa Audiência Pública no dia 12 de maio que vamos apontar caminhos. Acho que a sociedade tem que se mobilizar, tem que achar uma solução para que o país não fique refém dessas práticas, tanto comercial quanto trabalhista. Desses grupos que pegam todo o lucro e remetem à sua matriz, e o que sobra para o país? Sobra, por exemplo, 25% dos trabalhadores em turno da Fosfertil, em Araucária, estão com perda auditiva. E a empresa insiste em dizer que não é de lá.

Os trabalhadores trabalham com decibéis que chegam a 120 e a empresa diz que é porque ele escuta som, vai à festas. Ela não caracteriza que é perda de lá.

Estamos com isso no Ministério Público questionando essa questão.

Esse Comitê pretende nessa Audiência apontar alguns caminhos, que obviamente serão debatidos e quem sabe os senhores tenham mais sugestões para apresentar.

Desses caminhos que nós queremos apontar, por exemplo, que a empresa reserve uma cota de fertilizantes para os pequenos produtores como era na estatal.

Para vocês terem uma idéia, a cesta básica hoje, ela consome 10% do fertilizante que é a plantação do feijão, arroz, essas culturas menores, que é o pequeno produtor que usa. Que a empresa reserve uma cota para ele comprar na fábrica e não nas misturadoras, para manter o homem no campo, para garantir a soberania alimentar.

Outra questão que vamos apontar é a questão da PETROBRAS entrar nessa briga. Acho fundamental o estado oferecer aos agricultores uma outra fonte de fertilizantes. Não adianta a PETROBRAS apenas importar, quem vai distribuir são eles. A PETROBRAS vai ter que importar, agilizar uma forma de distribuir os fertilizantes e desatrelar isso no preço internacional.

A PETROBRAS tem a Nitrofertil, ela tem a BR Distribuidora, ela tem condições de fazer isso, basta vontade política.

Outra questão que vamos pedir nessa Audiência Pública é a questão do BNDES. A gente vê um Banco do porte do BNDES financiando esses grupos internacionais com dinheiro do povo, e esses grupos não respeitam seus trabalhadores, não respeitam a sua sociedade, não respeitam o meio ambiente. Esses grupos só investem, ampliam a sua capacidade com dinheiro do Governo.

Para vocês terem idéia, passados 15 anos a Fosfertil já faturou 10 vezes o valor que ela pagou na Ultrafertil. E até agora não investiu em nada, não montou uma fábrica, não ampliou a produção. Por quê? É isto o que vamos estar levantando na Audiência Pública.

Então, senhores, basicamente seriam estes os principais pontos. Deixamos o convite para todos participarem. Acho que o momento vai ser importante. O momento pelo qual o Brasil atravessa é importante. Está todo mundo preocupado com esta questão. E este Comitê que foi formado com os trabalhadores e a sociedade vai estar na rua, levantando esta questão junto à sociedade. Nós queremos fazer este balanço. Hoje temos fatos concretos para discutir quem ganhou e quem perdeu.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta ao Fier. Gostaria de cumprimentá-lo em nome da Assembléia Legislativa e também o Líder da Bancada já o fez, mas estive no período em que foi feita a luta contra a privatização da Ultrafértil e muito do que você está colocando, aqui, o sindicato já colocava. Na época, o Sindiquímica já colocava estas questões e infelizmente hoje nós estamos vendo.

A pergunta que gostaria de fazer, se na sua opinião, ainda é possível revertermos alguns destes pontos que foram abordados? Por exemplo, e é uma das questões que sei que o sindicato tem diversas vezes levantado, também os trabalhadores têm levantado, a questão da venda de fertilizantes em quantidades menores que esta estipulada hoje, porque como você mesmo colocou aqui, diversas vezes as pessoas procuravam fertilizantes em quantidades menores, em pequenos caminhões, kombis, e vendiam àqueles que tinham pequenas chácaras aqui na região metropolitana de Curitiba. Sei que era muito comum. E sei que isto hoje está praticamente inviabilizado.

Gostaria de saber sua opinião, que é Diretor do Sindiquímica, se é possível, através inclusive desta Audiência Pública, nós sinalizarmos para que haja a reversão deste processo.

O SR. PAULO ROBERTO FIER

Com certeza isto é possível. Tanto que em 2003, em função da privatização, o edital de privatização dava uma prerrogativa, a dos trabalhadores elegerem um representante no Conselho de Administração da empresa. Em 2003, fui o representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Fosfértil, apresentei uma proposta, que a empresa cadastrasse todos os pequenos agricultores do estado do Paraná ou pelo menos da região metropolitana, Araucária, Contenda, enfim, cadastrasse estes agricultores e reservasse uma cota para eles, para fixar, para tornar a cultura deles viável, como eles faziam no tempo da estatal.

Estou até hoje esperando resposta, porque não há interesse da empresa. A empresa privilegia os grandes. Mas, é possível, basta a vontade da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero agradecer e cumprimentar o Sr. Paulo Roberto Fier, bem como seus companheiros, e cumprimentar o Deputado Professor Luizão, autor da proposta, para que nesta Sessão usássemos o Grande Expediente com a Coordenadoria Geral da Sindiquímica.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 070/08, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado que os valores pagos aos pedágios instalados nas rodovias do Paraná, possam gerar desconto no IPVA. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 627, de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões dos dias 25, 26 e 27 de março de 2008, devido a convocação para evento partidário da sigla da qual é dirigente local. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 650/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação Cristã de Estudos da Fraternidade Irmanada, com sede e foro no município de Paranaguá. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 650/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cristã de Estudos da Fraternidade Irmanada, com sede e foro no município de Paranaguá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02/03/08.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 033/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social, com sede e foro no município de Palmeira. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 033/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o PRO-VOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social, com sede e foro no município de Palmeira.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02/04/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 050/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 113/08, que dispõe os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, ficam reajustados no percentual de 4,46%, a partir de 01/01/08. **Aprovado. (Publ. no DA nº 025/08, de 31/03/08, em 1ª Discussão).**

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 080/08, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública a Associação Solidária da Agricultura Ecológica de Ponta Grossa e Região, com sede e foro no município de Ponta Grossa. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.**

Aprovada a emenda da CCJ. Aprovado o projeto.

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 074/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública o Instituto RPC, com sede e foro no município de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 078/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Associação Divina Providência, com sede e foro no município de Nova Esperança. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.**

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 086/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores de São Cosme e Damião - AMASCD, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimento

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 622, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 758, 338/07; 003 e 059/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 078/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 076/08.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nº 064 e 111/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Ato

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 312/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MÁRIO BEZERRA GUIMARÃES, matrícula 5582, do cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 01/04/08.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/04/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

